

ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
- TRABALHO

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS

Nilvan Laurindo Sousa

UEPG – lnilvan@yahoo.com

Vera Lucia Martiniak

UEPG – veramartiniak07@yahoo.com.br

Lucia Mara de Lima Padilha

UEPG – lupadilha5@yahoo.com.br

Resumo: O presente curso de extensão, realizado no ano de 2016, visou a formação inicial com acadêmicos (as) do 3º ano do curso de Licenciatura em Pedagogia e do 2º ano do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com o intuito de refletir sobre questões teóricas e conceituais das Relações Étnico Raciais na escola. Objetivou-se ainda apresentar propostas pedagógicas como possibilidades de intervenções na Prática Pedagógica e no cotidiano escolar, a serem desenvolvidas com as crianças das Comunidades Quilombolas do município de Castro/PR. Destaca-se a relevância do presente curso de extensão visto a necessidade de uma aproximação dos (as) acadêmicos (as) dos cursos de licenciatura como tema em questão, visando atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, contidos no Parecer 003/2004 elaborados pelo CNE, que regulamenta a alteração trazida pela Lei 10639/2003 à Lei 9394/1996, nos seus artigos 26, 26A e 79B. O citado Parecer 003/2004 buscou traçar orientações curriculares nacionais para os diversos níveis da educação brasileira. Neste sentido, esta proposta se insere nas políticas públicas afirmativas que objetivam a superação das desigualdades sociais e o cumprimento da legislação vigente no âmbito escolar.

Palavras-chave: Educação. Etnia. Identidade.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o debate sobre as relações étnico-raciais na sociedade brasileira e as ações afirmativas tem se ampliado. Neste contexto, emergiram movimentos reivindicatórios, os quais contribuíram na necessidade de visibilidade de grupos marginalizados da sociedade. Os processos discriminatórios ocorrem em diversos setores sociais, dentre eles, está também a instituição escolar, podendo ser demonstrado nos indicadores educacionais, que em particular, expõem com nitidez a intensidade e o caráter estrutural do padrão de discriminação racial no Brasil. A ausência da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares marca seu comprometimento com uma cultura e ideologia dominante, que tem historicamente negado e/ou reprimido os valores e as tradições dos afro-brasileiros e dos demais grupos discriminados da sociedade. É uma engrenagem a serviço da manutenção das estruturas vigentes, constituindo-se, desse modo, em um terreno fértil para que os/as estudantes brancos/as, negros/as, homens e mulheres, adultos e crianças reforcem preconceitos e

ideologias racistas adquiridos na escola e em outras instituições socializadoras, como a família. O tradicional sistema educacional apresenta em seu cotidiano um desafio no que se refere ao fomento das desigualdades na escola.

Essas desigualdades ferem os princípios básicos de uma sociedade que deseja ser democrática, neste sentido, a escola é percebida como um espaço especialmente notadamente marcado pelas relações de desigualdade sociais. Todavia, é também um espaço privilegiado para formação de valorização da diversidade. Com a Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 09 de janeiro de 2003) a escola deverá atuar visando o reconhecimento das diferenças e a construção da igualdade social. Cabe a escola o papel de acolher, conhecer e valorizar outros vínculos históricos e culturais, refazendo repertórios consolidados em seus currículos e projetos pedagógicos e ainda nas relações estabelecidas no ambiente escolar, conforme tratam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004). As Diretrizes Curriculares apontam a necessidade de reeducação. Neste processo, o papel das universidades é definido na Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, CNE/CP (Brasil, 2004) que diz em seu Art. 1º, § 1º: “As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004”.

Em consonância com a missão da UEPG e tendo em vista suas políticas de inclusão social, o presente curso de extensão teve como meta realizar uma formação continuada em Relações Étnico-Raciais na escola para professores/as da Educação Básica de ensino, uma vez que, a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) compromete-se com a educação integral, com vistas a “participar do esforço de superação das desigualdades sociais e regionais; assumir o compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade; lutar pela universalização da cidadania e pela consolidação da democracia” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 2010, p. 12-13). Neste sentido, o curso de extensão: “Educação e Relações Étnico-Raciais: possibilidades pedagógicas” se inseriu nas políticas públicas afirmativas que objetivam a superação das desigualdades sociais e o cumprimento da legislação vigente no âmbito escolar.

OBJETIVOS

O presente curso de extensão visou a formação inicial com acadêmicos (as) do terceiro ano do curso de Licenciatura em Pedagogia e do segundo ano do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no ano de 2016, com o intuito de refletir sobre questões teóricas e conceituais das Relações Étnico Raciais na escola. Objetivou-se ainda apresentar propostas pedagógicas como possibilidades de intervenções na Prática Pedagógica e no cotidiano escolar, a serem desenvolvidas com as crianças das Comunidades Quilombolas do município de Castro/PR.

METODOLOGIA

A formação ocorreu em três momentos. No primeiro os (as) acadêmicos (as) participaram da formação teórica com o objetivo de: compreender historicamente o processo de legitimação ideológica e do racismo no Brasil; realizar uma análise sobre as práticas discriminatórias na escola e das políticas educacionais que visam promover a igualdade racial; e refletir sobre a valorização da cultura africana no Brasil. O segundo momento foi destinado para a confecção de materiais de cunho pedagógico que visam incluir a história e cultura africana e afro brasileira no currículo escolar; no terceiro momento foi o da aproximação entre universidade e comunidade, neste momento os (as) acadêmicos (as) realizaram as atividades, em forma de oficinas pedagógicas, com as crianças das Comunidades Quilombolas de Castro/PR.

RESULTADOS

A formação teórica teve como objetivos apresentar o contexto histórico da legitimação do racismo no Brasil, bem como, refletir sobre práticas discriminatórias na escola e das políticas educacionais que visam promover a igualdade racial. A partir da explanação e reflexão sobre o tema os (as) acadêmicos (as) elaboraram materiais de cunho pedagógico sobre a história e cultura dos afro-descendentes para serem trabalhados com as crianças nas comunidades quilombolas.

As atividades desenvolvidas na formação inicial buscaram elucidar como os (as) acadêmicos (as) poderiam contextualizar a cultura africana e afro brasileira, para tanto, foi necessário abarcar de diversos recursos materiais e físicos como: apresentação de slides, livros de literatura infantil, avental de história, confecção de bonecas de pano (abayomi), músicas e jogos afrodescendentes. A finalização da atividade extensionista se deu na

Comunidade Quilombola do Limitão, em Castro Paraná, com a participação dos (as) acadêmicos (as) e da comunidade local.

Os materiais que foram confeccionados pelos (as) acadêmicos (as), na formação inicial, foram utilizados nas oficinas realizadas com as crianças da comunidade. Num primeiro momento eles (as) contaram para as crianças, em forma de teatro, a história da Rapunzel e o Quibungo.

Figura 1 – Teatro Rapunzel e o Quibungo



Fonte: arquivo pessoal

Na história da Rapunzel e o Quibungo¹ a princesa Rapunzel é uma linda menina negra, com olhos de jabuticaba e uma longa trança de cabelos bem enroladinhos. A história enfatiza elementos e situações que situam os personagens na cultura brasileira. A aproximação com a realidade local fez com que as crianças se identificassem e se apropriassem da história.

Algumas brincadeiras de origem africana também foram abordadas pelos (as) acadêmicos (as). Dentre elas a “Roda Africana” e a brincadeira “Terra e Mar” originária de Moçambique. Nesta brincadeira uma longa reta deve ser feita no chão. Um lado da reta representa a “Terra” e o outro o “Mar”.

Figura 2 – Terra e Mar e Roda Africana



Fonte: arquivo pessoal

¹ Cristina Agostinho e Ronaldo Simões Coelho. “Rapunzel e o Quibungo”, Editora: MAZZA EDIÇÕES. 2012.

A valorização da identidade e do pertencimento à comunidade quilombola foi trabalhada a partir da atividade de pintura livre. Nesta atividade as crianças puderam expor a forma como vêem a comunidade e o que mais gostam do local. As crianças também, confeccionaram a “Boneca Abayomi”. Esta boneca de pano feita com nós representa o aconhego que as mães negras, que foram trazidas com seus filhos ao Brasil nos porões de navios negreiros, procuravam dar as crianças durante a viagem.

Figura 3 – Pintura livre “Minha comunidade” e Confeção da boneca Abayomi



Fonte: arquivo pessoal

Cabe aqui destacar que as atividades foram organizadas para as crianças da Comunidade Quilombola Limitão, no entanto, todos que estavam presentes participaram. Os adultos assistiram ao teatro, retrataram a comunidade por meio da pintura livre, confeccionaram a boneca Abayomi e brincaram de roda. Por meio destas atividades puderam também, conhecer um pouco da história e da cultura africana e afro brasileira, bem como, refletir sobre a importância da valorização desta cultura e da identidade da comunidade quilombola na qual vivem e da qual são descendentes.

Figura 4 – Comunidade Quilombola Limitão



Fonte: arquivo pessoal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o presente curso de extensão teve uma importante relevância devido aos temas abordados que permitiram refletir acerca da formação dos (as) academicos

(as), bem como, a experiência de conhecer a realidade da Comunidade Quilombola Limitão em Castro/PR. A articulação entre a fundamentação teórica e o tema proposto favoreceu a reflexão sobre a necessidade da formação inicial, bem como a importância da formação continuada sobre "Educação e Relações Étnico Raciais". Além do vínculo que foi estabelecido com a comunidade quilombola, que possibilitou a articulação dos (as) acadêmicos (as) em projetos de extensão e as demandas sociais.

Considera-se primordial o despertar sobre a temática em questão e sobre as possibilidades pedagógicas acerca da efetivação do que propõe as políticas educacionais e também legislação educacional vigente, contudo, o desafio é imenso por se tratar de um debate histórico, político e social. Assim, cabe aos profissionais da educação, por meio da formação inicial e continuada, ter um embasamento teórico e metodológico suficiente para difundir por meio de suas ações e conhecimentos a construção de uma sociedade justa que valoriza a identidade pluricultural de todos os povos que formaram e que formam a sociedade brasileira, ampliando assim a perceptiva de conhecimento, de respeito, da diversidade e de igualdade entre os sujeitos.

Analisar as práticas discriminatórias da educação escolarizada e as políticas educacionais que visam promover a igualdade racial nas escolas pressupõe realizar uma análise da totalidade das relações, políticas, econômicas e sociais, presentes na sociedade, pois, a educação não se dá de forma isolada, mas faz parte da vida do ser humano e articula-se às transformações do modo como os mesmos produzem materialmente, por meio do trabalho, a sua existência. A partir da análise e da compreensão da história do negro no Brasil o professor terá condições de contribuir para com a promoção da igualdade racial, por meio de ações pedagógicas que incluam a história e a cultura africana no cotidiano escolar.

Referências

BRASIL. Lei Federal n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília:** MEC, 2003.

BRASIL. (2004a). Parecer No. CNE/CP 3/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação: 17 p.

BRASIL. (2004b). Resolução N° 1, de 17 Junho de 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação: Conselho Pleno.